

Instruções para preenchimento de formulário

1. Número de processo

Número a atribuir no Gabinete do Secretário de Estado da Administração Pública.

2. Data

Data de entrada no Gabinete do Secretário de Estado da Administração Pública.

3. Entidade transferente

Identificar a designação da entidade pública responsável pela realização da transferência.

4. Código SIOE

Preencher com o Código SIOE, se atribuído. Caso contrário deverá preencher com o código 999999999.

5. Número de Identificação Fiscal (NIF) da entidade transferente

Identificar o número de identificação da entidade pública transferente.

6. Ministério/Secretaria de Estado da tutela

Identificar o Ministério ou Secretaria de Estado (v.g. Secretaria de Estado da Cultura) que tutela a entidade transferente, se aplicável.

7. Tipo de pedido

Selecionar uma das 2 opções disponíveis na lista pendente: pedido de parecer prévio vinculativo (n.º 4 do artigo 14.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro) ou pedido de aplicação de exceção ao agravamento de 50% das transferências para fundações (n.º 13 do artigo 14.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro).

8. Número de processo de pareceres anteriores relativos à mesma entidade beneficiária

Inserir número de processo de pareceres anteriores relativos à mesma transferente para a mesma beneficiária.

9. Entidade beneficiária

Identificar a designação completa da fundação beneficiária da transferência.

10. Número de registo atribuído no Censo

Inserir o número de registo atribuído à fundação beneficiária, se aplicável.

11. NIF da entidade beneficiária

Identificar o número de identificação da entidade beneficiária

12. Tipo de entidade beneficiária

Classificar a entidade beneficiária, nos termos do artigo 4.º da Lei-Quadro das Fundações, aprovada pela Lei n.º 24/2012, de 9 de julho, de entre as opções

Instruções para preenchimento de formulário

disponíveis na lista pendente (fundações privadas, fundações públicas de direito público e fundações públicas de direito privado).

13. Reconhecimento da fundação

Selecionar uma das duas opções existentes: reconhecimento decorrente de ato legislativo (decreto-lei) ou por ato da autoridade administrativa competente.

14. Data do reconhecimento

Indicar a data da publicação do ato legislativo ou do ato proferido pelo membro do Governo competente de reconhecimento da fundação.

15. Estatuto de utilidade pública

Selecionar uma das duas opções disponíveis (sim ou não) quanto à detenção do estatuto de utilidade pública por parte da fundação. Salienta-se que as fundações públicas ou privadas, criadas por ato legislativo, possuem automaticamente esse estatuto.

16. Número de despacho de exceção a que se refere o n.º 13 do artigo 14.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro

Identificar despacho de exceção ao agravamento de transferências para a fundação beneficiária, caso este exista.

17. Enquadramento em anexo à Resolução do Conselho de Ministros n.º 13-A/2013, de 8 de março, em que se encontra a decisão aplicável à fundação beneficiária

Selecionar entre as opções disponíveis na lista pendente.

18. Percentagem (%) de redução resultante da Resolução do Conselho de Ministros n.º 13-A/2013

Inserir a % de redução de apoios públicos decidida na Resolução do Conselho de Ministros, se aplicável.

19. Percentagem (%) de redução com a agravação que resulta do n.º 1 do artigo 14.º da Lei n.º 66-B/2012

Campo de cálculo automático face à % de redução decidida na Resolução do Conselho de Ministros e à existência, ou não, de despacho de exceção a que se refere o n.º 13 do artigo 14.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro.

20. Decisão prevista na Resolução do Conselho de Ministros n.º 13-A/2013

Selecionar a decisão que resulta da Resolução quanto à fundação beneficiária de entre as opções disponíveis na lista pendente.

21. Objeto (tipo) da transferência

Instruções para preenchimento de formulário

Identificar o tipo da transferência a realizar, considerando a enunciação constante do disposto no n.º 3 do artigo 14.º da Lei n.º 66-B/2012.

22. Finalidade da transferência

Assinalar qual a finalidade da transferência a realizar pela entidade pública para a fundação, devendo ser evitado o recurso a designações demasiado genéricas, tais como "educação", "saúde", "cultura", bem como a utilização de termos estritamente técnicos ou siglas que não sejam perceptíveis.

23. Fundamento legal da transferência

Indicar o fundamento legal que suporta a transferência por parte da entidade pública, que deverá estar previsto, nomeadamente, na sua lei orgânica ou nos seus estatutos ou em diploma legal especial.

24. Valor da transferência a realizar

Inserir valor concreto da transferência que se sujeita a parecer.

25. a 27. Valor global transferido pela transferente em cada um dos anos do triénio 2008 a 2010 para a fundação beneficiária

Inserir valor global dos apoios públicos transferido pela transferente para a fundação beneficiária em cada um dos anos no triénio 2008 a 2010, com exceção das transferências provenientes de fundos comunitários, benefícios fiscais e para fiscais e no âmbito de protocolos de cooperação celebrados com o Ministério da Solidariedade e Segurança Social (n.º 7 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 13-A/2013, publicada em 8 de março).

28. Valor médio transferido pela transferente no triénio 2008 a 2010 para a fundação beneficiária

Inserir valor médio transferido pela transferente para a fundação beneficiária, com exceção das transferências provenientes de fundos comunitários, benefícios fiscais e para fiscais e no âmbito de protocolos de cooperação celebrados com o Ministério da Solidariedade e Segurança Social (n.º 7 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 13-A/2013, publicada em 8 de março).

29. Valor transferido pela transferente em 2011

Inserir valor transferido pela transferente para a fundação beneficiária em 2011.

30. Valor transferido pela transferente em 2012

Inserir valor transferido pela transferente para a fundação beneficiária em 2012.

31. Valor transferido acumulado em 2013

Instruções para preenchimento de formulário

Inserir o valor total acumulado de transferências para a fundação beneficiária em 2013.

32. e 35. Valor e percentagem (%) de redução da presente transferência face à média do triénio 2008 a 2010

Campo de cálculo automático face ao valor da transferência a realizar e média do valor transferido pela requerente no triénio anterior.

33. e 36. Valor e percentagem (%) de redução global face à média do triénio 2008 a 2010

Campo de cálculo automático face ao valor acumulado de 2013 e média do valor transferido pela requerente no triénio anterior.

34. e 37. Valor e percentagem (%) de redução global média de 2011 a 2013 face à média do triénio anterior

Campo de cálculo automático que soma o presente triénio, apura a média e compara com a média do triénio anterior.

38. Esclarecimentos complementares e cálculos demonstrativos

Campo para esclarecimentos necessários e cálculos demonstrativos.

39. Situação atual da fundação beneficiária face ao exigido nos n.ºs 4 e 7 do artigo 6.º do regime transitório da Lei n.º 24/2012

Explicação da situação atual da beneficiária face às obrigações de adaptação à Lei-Quadro das Fundações (indicar diligências já concluídas, em especial quanto ao estabelecido nos n.ºs 4 e 7 do artigo 6.º da Lei n.º 24/2012).

40. Cumprimento pela transferente do artigo 4.º da Lei n.º 1/2012, de 3 de janeiro

Demonstração pela transferente do cumprimento das obrigações de disponibilização de elementos nos termos do Censo.

41. Fundamentação da excecionalidade prevista no n.º 13 do artigo 14.º da Lei n.º 66-B/2012

Fundamentação resumo da constante da informação favorável que acompanha o projeto de despacho que afasta o agravamento.

Anexos

Assinalar com uma X os elementos demonstrativos juntos.

42. Cumprimento pela transferente do artigo 4.º da Lei n.º 1/2012

43. Cumprimento pela fundação beneficiária do artigo 6.º da Lei n.º 24/2012

Instruções para preenchimento de formulário

44. Anexos demonstrativos do cumprimento da decisão constante da Resolução do Conselho de Ministros n.º 13-A/2013

45. Despacho dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da tutela da entidade pública transferente no caso de aplicação da exceção prevista no n.º 13 do artigo 14.º da Lei n.º 66-B/2012

46. a 49. Outros documentos sobre a fundação (ato de reconhecimento, ato de declaração do estatuto de utilidade pública, estatutos atualizados, orçamento e plano de atividades para o corrente ano e declaração da fundação sobre a inexistência de outras transferências de entidades do setor público indicadas no n.º 3 do artigo 14.º da Lei n.º 66-B/2012 ou de entidades privadas com a mesma finalidade).